



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”)

1.1. O objeto desta contratação refere-se à Aquisição de caixas de chocolate destinados às crianças da rede municipal de ensino, para atendimento das ações institucionais sendo essas datas comemorativas, tais como: Páscoa, Dia das Crianças e Natal, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qtd.	V. Unt.	Total
01	Caixa de bombom contendo no mínimo 15 bombons variados, cada caixa deverá conter no mínimo 250 gramas, data de validade e fabricação, número do lote, especificação dos ingredientes de todos os bombons contidos na caixa, deverá conter informação nutricional individualizada por item na embalagem do produto, os bombons individualmente deverão pesar entre 15 e 25 gramas. Validade mínima de 90 dias a partir do ato da entrega. Produto de primeira linha. Marcas de referência: Lacta ou Nestlé.	CAIXAS	2500	R\$ 12,76	R\$ 31.900,00

1.2. Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

1.3. Execução do Objeto: A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo setor competente. O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

1.4. Condições de Entrega: Os produtos deverão ser entregues em local indicado pela Administração Municipal, dentro do território do Município, em horário previamente agendado. A contratada será responsável por todos os custos de transporte, carga, descarga e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes.

1.5. Disposições Gerais: A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas da Administração com regularidade, eficiência e dentro dos prazos estabelecidos, inclusive em situações excepcionais que exijam maior agilidade no fornecimento. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como naquelas estabelecidas no instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”) A contratação encontra-se f

2.1. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de atendimento às ações institucionais e educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da aquisição de caixas de chocolate destinadas exclusivamente aos alunos da rede municipal de ensino.

2.2. Tais ações integram o planejamento anual da Secretaria, constituindo-se em prática consolidada e de relevante impacto social no ambiente escolar. A distribuição dos itens ocorre tradicionalmente em datas comemorativas, como Páscoa, Dia das Crianças e Natal, com o objetivo de fortalecer a integração entre escola, alunos e famílias, além de proporcionar momentos de lazer, acolhimento e valorização das crianças atendidas pela rede pública municipal.

2.3. A iniciativa assume especial relevância diante do contexto socioeconômico de parte significativa dos alunos, assegurando que todos sejam contemplados de forma igualitária, promovendo inclusão, equidade e o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar.

2.4. Trata-se, portanto, de ação de caráter institucional e pedagógico, alinhada às políticas públicas educacionais do Município, contribuindo para o fortalecimento do vínculo entre a comunidade escolar e a Administração Pública, bem como para o desenvolvimento integral dos alunos.

2.5. Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária, adequada e plenamente justificada sob a ótica do interesse público, considerando seu impacto social positivo e a manutenção de prática já incorporada ao calendário anual da Secretaria Municipal de Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamento: art. 18, § 1º, V e VII, da Lei 14.133/2021

3.1. A solução para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de caixas de bombom sortidas, destinadas à distribuição aos alunos da rede municipal de ensino em datas comemorativas, tais como Páscoa, Dia das Crianças e Natal.

3.2. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.3. A opção pela contratação externa justifica-se pela inexistência de estrutura própria da Administração capaz de produzir os itens com qualidade, escala e segurança sanitária adequadas, tornando a terceirização a alternativa mais eficiente e viável. Tal medida permite que a Secretaria Municipal de Educação concentre seus esforços nas atividades finalísticas, sem prejuízo da execução das ações institucionais planejadas.

3.4. A solução adotada contempla o fornecimento parcelado dos produtos, conforme a demanda da Administração, garantindo flexibilidade operacional e melhor adequação às datas comemorativas previstas no calendário escolar.

3.5. As especificações técnicas do objeto foram definidas de forma clara e objetiva, com o objetivo de assegurar a qualidade dos produtos e, ao mesmo tempo, possibilitar ampla competitividade entre os fornecedores, promovendo a obtenção da melhor relação custo-benefício.

3.6. A entrega dos produtos será realizada pela empresa contratada em local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Educação, dentro dos prazos estabelecidos, sendo de sua inteira responsabilidade os custos logísticos, incluindo transporte, carga e descarga.

3.7. No momento do recebimento, os produtos serão submetidos à conferência e verificação quanto à conformidade com as especificações contratuais, especialmente no que se refere à qualidade, validade, integridade das embalagens e atendimento às normas sanitárias vigentes.

3.8. Monitoramento e Avaliação da Execução

3.8.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.

Compete aos fiscais:

- Verificar o cumprimento dos prazos de entrega;
- Conferir a conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas;
- Avaliar a qualidade dos itens fornecidos;
- Registrar eventuais ocorrências e comunicar à contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis.

3.9. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a contratada será notificada para proceder à substituição dos produtos, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea 'd' do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021)

4.1. A contratada deverá assegurar o fornecimento dos produtos em conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, observando as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

4.2. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, atendendo rigorosamente aos prazos, locais de entrega e demais condições previamente definidas.

4.3. A contratada será responsável por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas às normas sanitárias, qualidade, acondicionamento, transporte e especificação dos produtos fornecidos.

4.4. Requisitos Gerais:

- Cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e no contrato;
- Garantir a entrega dos produtos dentro dos prazos estipulados;
- Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos itens;
- Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias ou desconformidades.

4.5. Requisitos de Qualidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

4.6. Os produtos deverão atender aos padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública Municipal, sendo considerados de primeira linha e adequados ao consumo.

4.7. As caixas de bombom deverão:

- Estar devidamente lacradas e em perfeitas condições de conservação;
- Conter informações obrigatórias na embalagem, como data de fabricação, prazo de validade, número do lote, lista de ingredientes e informações nutricionais, conforme legislação sanitária vigente;
- Apresentar validade mínima de 90 (noventa) dias no momento da entrega;
- Estar isentas de qualquer tipo de dano, violação ou alteração que comprometa sua qualidade.

4.8. Os produtos fornecidos deverão ser compatíveis com as especificações exigidas no processo licitatório, sendo vedada a entrega de itens de qualidade inferior.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “e”)

5.1. O fornecimento do objeto dar-se-á de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Secretaria demandante, mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento.

5.1.1. Prazo e Forma de Entrega

- a) A entrega dos produtos será de responsabilidade da empresa contratada, devendo ocorrer conforme os quantitativos solicitados pela Administração.
- b) O prazo para entrega será de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento.
- c) A entrega deverá ser realizada em local previamente indicado pela Administração, dentro dos limites do Município de Goioxim, em horário a ser definido pelo setor competente.
- d) A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e acondicionamento dos produtos no local indicado, bem como por eventuais danos causados durante o processo de entrega.

5.2. Recebimento e Aceitação dos Produtos

- a) Os produtos serão recebidos por servidor designado, que realizará a conferência quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- b) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no contrato ou na proposta apresentada.

5.3. Substituição de Produtos

- a) Na hipótese de rejeição, a contratada deverá proceder à substituição dos produtos no prazo máximo de até **2 (dois) dias úteis**, contados da notificação, sem ônus adicional para a Administração.
- b) O não cumprimento dos prazos e condições estabelecidos sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

5.4. Condições Gerais de Fornecimento

- O fornecimento deverá observar rigorosamente as especificações técnicas exigidas;
- Os produtos deverão possuir **prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias** a partir da data de entrega;
- O documento fiscal deverá ser entregue no ato do fornecimento, em conformidade com a Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento;
- Os produtos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação civil aplicável.

5.5. Justificativa dos Prazos

a) Os prazos estabelecidos visam garantir o adequado atendimento das demandas administrativas, assegurando equilíbrio entre a capacidade operacional do fornecedor e a necessidade de cumprimento tempestivo das ações institucionais. O prazo de 5 (cinco) dias úteis para entrega mostra-se suficiente para o fornecimento regular, enquanto o prazo de 2 (dois) dias úteis para substituição de itens rejeitados garante celeridade na correção de eventuais inconformidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cujas atribuições estão previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.5. Fica designado como Fiscal de Contrato o(a) servidor(a) Eliton Leite da Silva.
- 6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, quando couber.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela qualidade e funcionamento do bem fornecido.
- 7.7. **Do prazo de pagamento:**
- 7.7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa.
- 7.8. **Da forma de pagamento:**
- 7.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea 'h' do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021)

- 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:
- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de **procedimento de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, adotando-se como **critério de julgamento o menor preço**, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Exigências de habilitação

- 8.2. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Habilitação jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, ou **certificado de Microempreendedor Individual (CCMEI)**, quando for o caso.

b) Regularidade fiscal, social e trabalhista

- Comprovante de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;
- **Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, incluindo tributos federais e dívida ativa da União;
- **Certificado de Regularidade do FGTS**;
- **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
- **Certidões de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, quando aplicável.

c) Disposições gerais

O fornecedor enquadrado como **Microempreendedor Individual (MEI)** poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, nos termos da legislação vigente.

d) Qualificação Técnica

a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o fornecedor já forneceu produtos compatíveis com o objeto da presente contratação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor total estimado da contratação é de R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea 'j' do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021)

10.1. As despesas decorrentes desta contratação serão cobertas pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, nas dotações orçamentárias indicadas a seguir:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	1440	11.002.08.243.0011.2030	0000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	720	08.001.12.365.0008.2018	1001	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

10.2. Caso a contratação seja realizada em exercícios posteriores a 2026, as despesas serão cobertas pelos créditos orçamentários consignados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, nas dotações correspondentes.

➤ criado em 17 de março de 2026, atualizado em 19 de março de 2026 assinado digitalmente pelo secretário responsável